

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
 O ano de 2018 seguiu consistente com a estratégia de foco em posicionamento de marca, vendas a preço cheio, ganhos de margem bruta e rentabilidade da operação. A Companhia controlou com rigor o volume de vendas promocionais, com uma redução de -59,1% em descontos, fortalecendo o posicionamento de suas marcas. Não obstante, ao mesmo tempo em que as vendas promocionais foram reduzidas, vendas em mesmas lojas seguiram em ritmo crescente de 2,7% e 6,4% em vendas por metro quadrado. Como consequência desse melhor perfil de vendas, nossa margem bruta cresceu 6,2 p.p. atingindo 63,7%. Essa transformação de eficiência operacional foi impulsionada por um maior direcionamento de recursos das áreas administrativas para vendas, aumentando os investimentos de marketing e pessoal de loja. Desta forma, a Companhia atingiu um EBITDA ajustado de R\$ 376,6 milhões, com margem EBITDA ajustado de 30,3%, ante EBITDA ajustado de R\$ 335,0 milhões, com margem EBITDA de 26,8% em 2017. Alinhado com esse resultado, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 103,5 milhões, apesar do impacto não recorrente de R\$ 18,2 milhões de variação cambial ligado ao cenário de maior volatilidade neste ano de eleições. Ajustado por esse impacto o lucro líquido atingiria R\$ 121,7 milhões e considerando a amortização do Agio gerado na aquisição com Dudalina, o lucro líquido da Companhia com efeito caixa ("cash earnings") foi de R\$ 147,7 milhões. Também foram realizados e estão em curso importantes projetos de aprimoramento da operação: (i) Consolidação da operação fabril em 2 plantas; (ii) Integração da operação fabril de corte e costura em planta única em janeiro de 2019; (iii) Aprimoramento do LiveRetail, nosso sistema online de gestão e operação; (iv) Aprimoramento do sistema de remuneração de gerentes e vendedores; (v) Melhoria da equipe de lojas e visual merchandising; (vi) Implementação do Omnicchannel, ao longo de 2019; (vii) Implementação de novo Check-out de loja, sem a necessidade do uso do caixa e integrado ao sistema de CRM e Omnicchannel, ao longo de 2019. Para o ano de 2019, a Administração da Companhia reitera a continuidade do esforço e foco em excelência operacional, rentabilidade, geração de caixa e redução do endividamento.

A Administração.

Atenciosamente,

DESEMPENHO OPERACIONAL

Faturamento bruto (excluindo devoluções)

O faturamento bruto (excluindo devoluções) consolidado em 2018 totalizou R\$1.611,9 milhões, um decréscimo de 2,0% em relação a 2017. A tabela a seguir apresenta a abertura da receita bruta descontadas devoluções entre os canais de distribuição para os períodos indicados:

Canais (R\$ mil)	2017	% do Total	2018	% do Total	Variação
Lojas Próprias	1.003,9	61,0%	986,0	61,2%	(1,8%)
Atacado	395,5	24,1%	384,0	23,8%	(2,9%)
Outros Canais	245,2	14,9%	241,9	15,0%	(1,4%)
Total Receita Bruta de Vendas	1.644,6	100,0%	1.611,9	100,0%	(2,0%)

Lojas próprias: Em 2018, o faturamento das lojas próprias decresceu 1,8% em relação a 2017 devido principalmente à restrição em vendas promocionais e fechamento de 29 lojas. Como consequência destas iniciativas para ganho de eficiência e rentabilidade, as vendas em lojas comparáveis (*same-store*)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	246.792	409.740	247.735	409.740
Contas a receber	6	62.851	44.043	59.964	44.043
Estoques	7	354.084	291.961	356.385	291.961
Imposto a recuperar	8	90.498	119.684	90.498	119.684
Despesas antecipadas		29.641	16.862	29.663	16.862
Outros créditos a receber		17.026	13.618	17.410	13.618
		800.892	895.908	801.655	895.908
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Depósito judicial	22	6.822	6.147	6.822	6.147
Imposto a recuperar	8	64.678	-	64.678	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	674.420	700.383	674.420	700.383
Depósito garantia		-	-	1.444	-
		745.920	706.530	747.364	706.530
Investimento	9	9.641	-	-	-
Imobilizado	10	224.085	198.807	232.782	198.807
Intangível	11	1.926.491	1.889.702	1.926.628	1.889.702
		2.906.137	2.795.039	2.906.774	2.795.039
Total do ativo		3.707.029	3.690.947	3.708.429	3.690.947

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Reserva de capital	Reserva de lucros		Reserva de lucros para orçamentos de capital	Reserva de lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Capital social integralizado	Sobre incorporações				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	268.898	971	1.673.152	4.796	-	-
Transação de capital com os acionistas:						
Aumento de capital (Nota 22.1)	148.140	-	-	-	-	148.140
Custo com emissão das ações	-	-	(7.462)	-	-	(7.462)
Cancelamento das ações em tesouraria (Nota 22.3)	-	-	(185.319)	-	-	(185.319)
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	476	-	476
	148.140	-	(192.781)	476	-	141.155
Resultado Abrangente Total:						
Resultado do exercício	-	-	-	-	420.568	420.568
Remensuração e realização das operações de hedge	-	-	-	-	235	235
	-	-	-	-	420.568	420.803
Destinação:						
Destinação para reserva de incentivos fiscais (Nota 23.1)	-	-	-	14.142	(14.142)	-
Destinação para reserva legal	-	-	-	20.321	(20.321)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 22.7)	-	-	-	-	(96.525)	(96.525)
Absorção de perdas e prejuízos acumulados até 30.09.2017 (Nota 22.2)	-	-	-	-	291.603	291.603
Destinação para reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	(499.983)	(499.983)
	-	-	-	20.321	14.142	499.983
	-	-	-	20.321	14.142	499.983
Saldos em 31 de dezembro de 2017	417.038	971	1.188.768	5.272	20.321	14.142
Saldos em 01 de janeiro de 2018	417.038	971	1.188.768	5.272	20.321	14.142
Transação de capital com os acionistas						
Capital integralizado	282.962	-	-	-	-	282.962
Reserva de capital	-	-	(282.962)	-	-	(282.962)
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	456	-	456
	282.962	-	(282.962)	456	-	456
Resultado abrangente Total:						
Resultado do exercício	-	-	-	-	103.463	103.463
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	31	31
	-	-	-	-	103.463	103.494
Destinação:						
Destinação para reserva de incentivos fiscais (Nota 23.1)	-	-	-	50.437	(50.437)	-
Destinação para reserva legal	-	-	-	5.173	(5.173)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 23.4)	-	-	-	-	(24.572)	(24.572)
Destinação para reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	23.281	23.281
	-	-	-	5.173	50.437	23.281
	-	-	-	5.173	50.437	23.281
Saldos em 31 de dezembro de 2018	700.000	971	905.806	5.728	25.494	64.579

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	1.692.925	1.190.505	1.694.275	1.641.303
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.611.224	1.196.524	1.611.872	1.644.579
Outras receitas	82.493	111	83.218	3.171
Constituição para perda esperada de recebíveis comerciais	(815)	(6.130)	(815)	(6.447)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(557.607)	(484.840)	(564.001)	(608.713)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(384.107)	(387.398)	(384.280)	(454.169)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(112.497)	(70.524)	(118.718)	(119.586)
Outros custos	(61.003)	(28.918)	(61.003)	(34.978)
Valor adicionado bruto	(1.135.318)	(705.865)	(1.130.274)	(1.032.590)
Depreciação e amortização	(75.796)	(100.511)	(76.606)	(118.205)
Impairment	-	(166.832)	-	(166.832)
Valor adicionado líquido	(1.059.522)	(438.322)	(1.053.668)	(747.553)
Valor adicionado recebido em transferência	4.734	85.473	12.488	17.186

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional
 A Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. ("Companhia" ou "Grupo" estabelecida no Brasil, com sede na Rua Oscar Freire, nºs 1.119 e 1.121, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 19 de abril de 1984, é uma companhia de capital aberto e está listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código de negociação LLSL3. A Companhia tem como objetivos principais: o desenvolvimento, a exploração da indústria, o comércio, a importação e a exportação de roupas e acessórios do vestuário; e o comércio de objetos de decoração, higiene e cosméticos, entre outros. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha 257 lojas próprias (286 em 31 de dezembro de 2017), distribuídas entre as marcas Le Lis Blanc Deux, Dudalina, Bo.Bô, John John, e Rosa Chã; 1 loja multimarca, 30 outlets e 23 franqueadas. Além disso, a Companhia tem 3 unidades fabris nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Paraná e 2 centros de distribuição nos Estados de São Paulo e Goiás. A Companhia implementou em 2018 o plano aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 que incluiu, dentre outras ações, o fechamento e reformulação de algumas lojas envolvendo as marcas da Companhia, reformulação de parque industrial, fechamento e reformulação de centros administrativos e de distribuição, com o objetivo de otimizar a rentabilidade dos resultados da Companhia, além de gerar outros ganhos operacionais. Em 21 de dezembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Dudalina S.A. nos termos do Protocolo e Justificação e no Laudo de Avaliação a valor contábil do patrimônio da Dudalina, preparado por empresa especializada, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4. A Restoque International LLC tem sua sede na cidade de Nova Iorque, EUA, e foi constituída em 11 de abril de 2011, tornando-se operacional somente durante o 4º trimestre de 2018. A Administração tem como objetivo a expansão dos negócios do Grupo internacionalmente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários. 2. Novas normas

2.1. Novas normas vigentes: 2.1.1. CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que seu reconhecimento mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos). Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita. **2.1.2. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo. *i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:* O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e distinguíveis para venda. A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48/IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter os fluxos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus

-sais ou SSS) cresceram 2,7% em 2018 e as vendas por metro quadrado cresceram 6,4%. **Lojas multimarcas:** O faturamento no canal de atacado (vendas para lojas multimarcas) no ano decresceu 2,9%, passando de R\$395,5 milhões em 2017 para R\$384,0 milhões em 2018. Vale mencionar que o canal tornou a crescer durante o segundo semestre de 2018 (+2,3%), após queda durante o primeiro semestre (-7,4%) relacionadas principalmente a perda de produtividade por conta do deslocamento de operação fabril e de distribuição para a nova planta de Goiás em 2017. **Outros canais:** As vendas realizadas através do canal Estoque (lojas físicas e e-commerce que vendem produtos de coleções passadas), franquias e e-commerce, apresentaram em 2018 uma queda de -1,4% na comparação com 2017, em linha com o maior controle da Companhia sobre vendas com descontos. **Receita Líquida:** Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$1.244,1 milhões, comparada com R\$1.249,8 milhões em 2017, queda de 0,5%. **Lucro Bruto:** O lucro bruto consolidado em 2018 foi de R\$792,4 milhões com crescimento de 10,4%, representando uma margem bruta de 63,7% contra 57,4% do ano anterior. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras (excluindo Despesas com Depreciação, Amortização e Impairment):** As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A), outras receitas e despesas, excluindo-se despesas com depreciação, amortização e impairment em 2018, totalizaram R\$451,7 milhões. Comparado ao total de R\$479,9 milhões em 2017, as despesas tiveram uma melhora de 5,9% e passaram a representar 36,3% da receita líquida, uma queda de 2,1 p.p. em 2018 como percentual da receita líquida. Durante 2018 a Companhia esteve focada em maior esforço de marketing e em reforçar a equipe de vendas em lojas, em linha com a estratégia de fortalecimento de marca e excelência operacional. **EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2018, o EBITDA foi de R\$ 350,6 milhões, com margem EBITDA de 28,2%. Ressaltamos que neste ano as despesas com cartão de crédito foram reclassificadas do resultado financeiro para despesas com vendas, sendo que afim de tornar o resultado comparável com o histórico da companhia, estamos incluindo esse item nos ajustes, apesar de sua recorrência. Desta forma, o EBITDA de 2018 chegaria a R\$ 372,3 milhões. Adicionalmente, 2018 também foi impactado em R\$4,3 milhões referente a rescisões e indenizações ligadas ao fechamento da fábrica de Luis Alves. Incluindo também essa alteração, o EBITDA ajustado da companhia totalizou R\$ 376,6 milhões com margem de 30,3%. O resultado ajustado evidencia crescimento nominal de 12,4% contra o ano anterior, com aumento de 3,5 p.p. na margem EBITDA. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA e o EBITDA ajustado para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	2017	2018
Lucro (Prejuízo) Líquido	420.568	103.454
Imposto de Renda e Contribuição Social	634.408	(25.963)
Resultado Financeiro	(169.781)	(144.589)
Depreciação e Amortizações	(118.205)	(76.606)
Impairment	(166.832)	-
EBITDA	240.978	350.602
Despesas não recorrentes (1)	72.375	4.246

(R\$ milhões)
 Reclassificação despesas de cartão de crédito
 EBITDA Ajustado
 (1) Despesas não recorrentes em 2017 e 2018 relacionados a rescisões e fechamento de fábricas
Resultado Financeiro, Depreciação e Amortização: A despesa financeira líquida foi reduzida de R\$169,8 milhões em 2017 para R\$144,6 milhões em 2018. Contudo, o resultado de 2018 foi impactado extraordinariamente por uma variação cambial de R\$ 18,2 milhões, relacionada ao cenário de maior volatilidade durante o ano de eleitoral. As despesas com depreciação e amortização passaram de R\$118,2 milhões em 2017 para R\$76,6 milhões em 2018. Adicionalmente, o ano de 2017 foi impactado por um impairment de R\$ 166,8 milhões resultante de fechamento e reestruturação da base de lojas e fábricas. **Lucro Líquido:** Em 2018, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$103,4 milhões e, considerando o impacto caixa da amortização de ágio e a variação cambial extraordinária de R\$ 18,2 milhões, a Companhia obteve um lucro líquido ajustado ("Cash Earnings") de R\$ 147,7 milhões. Esse montante é comparável a um lucro líquido ajustado de R\$ 33,1 milhões em 2017, que foi positivamente impactado em R\$ 545 milhões relacionados ao imposto diferido sobre ágio, bem como R\$ 157,9 milhões em despesas extraordinárias relacionadas a reestruturação fabril e do canal de varejo da Companhia. **ENDIVIDAMENTO**
 A dívida líquida consolidada passou de R\$ 603,2 milhões ao final de 2017 para R\$ 851,6 milhões ao final de 2018. A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia passou de 1,80x em 2017, para 2,26x em 2018.

(R\$ milhões)	2017	2018
Disponibilidades	409,7	247,7
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	(468,5)	(614,6)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	(54,4)	(484,7)
Dívida Líquida	(603,2)	(851,6)

Durante o primeiro trimestre de 2019 foi realizada a 10ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$450 milhões, sendo R\$380,8 milhões referente as debêntures da primeira série e R\$69,2 milhões referente as debêntures da segunda série. Os recursos captados por meio da oferta restrita serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. As debêntures terão prazo de vencimento de (i) 3 (três) anos para as debêntures da primeira série; e (ii) 4 (quatro) anos para as debêntures da segunda série. A remuneração será de 100% do CDI acrescido de 2,30% ao ano para as debêntures da primeira série e 100% do CDI acrescido de 2,45% ao ano para as debêntures da segunda série. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que, no exercício de 2018, nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes (KPMG), não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas	24	1.243.520	873.180	1.244.145	1.249.816
Custo dos produtos vendidos	25	(451.609)	(387.944)	(451.782)	(531.870)
Lucro bruto		791.911	485.236	792.363	717.946
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(99.075)	(184.511)	(101.914)	(227.371)
Despesas com vendas	26	(488.337)	(301.977)	(489.715)	(380.848)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	(815)	(6.079)	(815)	(6.079)
Outras receitas	27	82.493	10.381	83.218	22.427
Outras despesas	27</				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	209.695	239.181	209.695	239.181
Fornecedores estrangeiros	19.824	35.705	19.824	35.705
Total	229.519	274.886	229.519	274.886

Representado principalmente por contas a pagar decorrentes de compras de produtos acabados, insumos utilizados na produção, como tecidos, aviamentos e outros, e prestação de serviços referentes à confecção de produtos.

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS/COFINS (I)	1.659	8.294	1.659	8.294
ICMS	49.631	38.912	49.631	38.912
IR/CSLL	-	7.577	-	7.577
Outros	984	1.311	1.022	1.311
Total	52.274	56.094	52.312	56.094

Circulante 52.274 56.094 52.312 56.094
 Não Circulante 19.480 1.659 19.480 1.659
Total 71.754 57.753 71.792 57.753

(i) Em abril de 2017, a Companhia aderiu a PRT, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

17. Financiamentos de impostos e incentivos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Refis - Lei 9.964/00	-	1.498	-	1.498
Refis - Lei 11.941/09	-	113	-	113
ICMS - PRODEC	4.675	8.336	4.675	8.336
Ajuste a valor presente - PRODEC	(300)	(918)	(300)	(918)
Total	4.375	9.029	4.375	9.029

Circulante 4.375 9.029 4.375 9.029
 Não Circulante - - - -
Total 4.375 9.029 4.375 9.029

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	9.016	11.604	9.016	11.604
IR sobre Folha	3.712	3.451	3.712	3.451
Obrigações previdenciárias - FGTS/INSS	4.419	10.316	4.419	10.316
Provisão - férias e encargos	19.014	19.747	19.014	19.747
Outros	3.454	282	453	282
Total	39.615	45.400	36.615	45.400

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aluguel a pagar	12.441	14.618	12.441	14.618
Provisão para aluguel linear	1.268	1.531	1.268	1.531
Fundo de comércio a pagar	210	210	210	210
Outras contas a pagar (i)	135	4.008	484	4.008
Comissão para representantes	1.575	5.756	1.575	5.756
Contas a pagar oferta pública	-	3.046	-	3.046
Total	15.629	29.569	15.978	29.569

(i) Representado substancialmente por contas a pagar para *shoppings centers* e estão sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGP-M ou IGP-DI ao ano, conforme especificado em cada contrato. Esses recursos são utilizados na obra de remodelação dos espaços comerciais.

20. Arrendamento mercantil financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	1.351	1.287	1.351	1.287
Não Circulante	11.065	12.415	11.065	12.415
Total	12.416	13.702	12.416	13.702

Referente ao contrato de arrendamento de imóvel da sede administrativa, celebrado em 30 de setembro de 2011, na controladora, com características de arrendamento mercantil financeiro. O montante registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado
2020	1.540
2021	10.330
2022 a 2026	8.030
Total	11.065

21. Partes relacionadas

21.1. **Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 compreendem:

	Restoque S.A.	Restoque Internacional LLC
Contas a receber (Nota 6)	2.936	-
Fornecedores (Nota 15)	-	2.936
Dividendos a pagar (Nota 23.4)	24.583	-
Receita de Vendas	2.936	-
Curso dos produtos vendidos	(2.642)	-

21.2. **Remuneração da Administração:** Os gastos com remuneração dos administradores (conselheiros e diretores) da Companhia no exercício são resumidos como segue:

	Diretoria	Conselho
	31/12/2018	31/12/2017
Salários, honorários e encargos sociais	5.115	6.682
Bônus	4.062	3.434
Plano de opção de ações (Nota 23.5)	456	476
Total	9.633	10.592

22. Provisão para contingências

22.1. **Riscos trabalhistas, civis e tributários:** A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza fiscal, civil, trabalhista e previdenciária.

	31/12/2017	Adições	Pagamentos	31/12/2018
FAP/FRAT/Trabalhistas	6.059	2.735	(2.501)	6.293
Cíveis	187	865	(434)	618
Tributários	89	-	(89)	-
Total	6.335	3.600	(3.024)	6.911

A provisão da Companhia é composta, basicamente, por 284 (223 em 2017) processos civis, tributários, trabalhistas e previdenciários. Os processos trabalhistas, movidos por ex-empregados consistem em sua maioria em pedidos relativos a pagamentos de verbas rescisórias e horas extras. **Perdas possíveis:** As ações sob análise são processos trabalhistas, civis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31/12/2017	31/12/2018
FAP/FRAT/Trabalhistas	8.003	9.095
Cíveis	3.796	4.461
ICMS (Governo do Estado)	26.759	37.132
Impostos Federais	1.192	8.867
Total	39.750	59.555

b) **Depósitos judiciais:** A Companhia tem registrado o montante de R\$ 6.822 (R\$ 6.147 em 31 de dezembro de 2017), representado, substancialmente, por depósitos referentes ao questionamento sobre o recolhimento do FAP (Fator Previdenciário - INSS) e processos trabalhistas.

23. **Patrimônio líquido**

23.1. **Capital social integralizado:** O capital social emitido e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 700.000 (R\$ 417.038 em 31 de dezembro de 2017), representado por 51.600.829 (cinquenta e um milhões, seiscentas e vinte e nove mil e trezentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 71.428.571 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento da totalidade de ações ordinárias emitidas pela Companhia, adotando-se a proporção de sete para um, sem alteração no capital social. Conforme previsto pela AGE de 30 de abril de 2018, foi convocada e realizada uma nova AGE em 04 de julho de 2018, onde foram aprovados, dentre outros temas, o aumento de capital social da Companhia de R\$417.038 para R\$700.000, mediante a capitalização de R\$282.962 da reserva de capital. Sendo assim, o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$700.000 representado por 51.600.829 (cinquenta e um milhões, seiscentas e vinte e nove mil e trezentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	%
Marcelo Faria de Lima (i)	13.249.814	25,68%
Marcio da Rocha Camargo (i)	12.499.465	24,22%
Fundos sob Gestão da Warburg Pincus	11.186.488	21,68%
Fundos sob Gestão da Advent International	11.076.893	21,47%
Outros	3.588.169	6,95%
Total	51.600.829	100,00%

(i) Fosição direta e indiretamente, incluindo entidades controladas, fundos de investimento e carteristas sob sua gestão. A Companhia não tem acionista controlador ou grupo de acionistas que detém o controle acionário. **23.2 Resultado por ação:** A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado
	31/12/2018
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	103.463
Denominador básico:	420.568
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	51.601
Lucro por ação - Básico	1.930

Diluído

	Consolidado
	31/12/2018
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	103.463
Denominador diluído:	420.568
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	51.601
Mais:	51.601

Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações (em milhares)

	2019	41
Lucro por ação - diluído	2.004,3	1.939,9

23.3. **Plano de opção de ações:** Durante o exercício de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opções de compra de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2013. O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo da Black & Scholes a ser registrado em uma base *pro rata temporis*, durante o período de prestação de serviços até a data em que o beneficiário adquira o direito ao exercício da opção. Esse modelo é calculado com base em premissas, como o valor de mercado da cotação da ação da Companhia na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato e prestação do serviço. É registrado tendo como vigência o período da prestação do serviço, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Em 5 de março de 2015, foi outorgada a opção de compra de 2.000.000 (dois milhões) de ações, no montante de R\$ 1.614, com uma taxa de dividendos entre 9,53% e 10,16%, a volatilidade entre 40,97% e 41,30%, a taxa livre de risco entre 13,02% e 13,43% e o valor justo da opção entre 0,2397 e 1,3515. O período de *vesting* iniciou-se em 30 de abril de 2015 e durou até 5 de março de 2019. Em 2016, a parte da opção de compra foi extinta como prevista no plano por causa do desligamento do beneficiário. Em 30 de setembro de 2015, foi outorgada a opção de compra de mais de 2.000.000 (dois milhões) de ações, no montante de R\$ 870, com uma taxa de dividendos de 10,02%, a volatilidade entre 40,97% e 41,30%, a taxa livre de risco entre 13,02% e 13,43% e o valor justo da opção entre 0,2647 e 0,5504. O período de *vesting* iniciou-se em 1º de outubro de 2016 dura até 1º de outubro de 2019. Em 2016, a opção de compra foi extinta como prevista no plano por causa do desligamento do beneficiário. Em 2 de outubro de 2015, foi outorgada a opção de compra de mais de 1.000.000 (um milhão) de ações, no montante de R\$ 484, com uma taxa de dividendos de 10,02%, a volatilidade de 40,89%, a taxa livre de risco entre 15,35% e 15,87% e o valor justo da opção entre 0,2697 e 0,6067. O período de *vesting* iniciou-se em 1º de outubro de 2016 dura até 1º de outubro de 2020. O total de despesa incorrido no resultado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 456 (R\$ 476 em 2017). Durante o exercício de 2016, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opções de compra de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2013. O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo da Black & Scholes a ser registrado em uma base *pro rata temporis*, durante o período de prestação de serviços até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Esse modelo é calculado com base em premissas, como o valor de mercado da cotação da ação da Companhia na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato e prestação do serviço. É registrado tendo como vigência o período da prestação do serviço, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Em 13 de dezembro de 2016, foi outorgada a opção de compra de 1.000.000 (um milhão) de ações, no montante de R\$ 1.535, com volatilidade de 52,41%, a taxa livre de risco entre 13,76% e o valor justo da opção entre 0,9411 e 1,9836. O período de *vesting* iniciou-se em 13 de dezembro de 2017 e dura até 13 de dezembro de 2020. A despesa incorrida no resultado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 456 (R\$ 476 em 2017). O total de despesa incorrido no resultado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 456 (R\$ 476 em 2017). **23.4 Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação, no montante de 25% do lucro líquido após a constituição das reservas obrigatórias por lei. Em 31 de dezembro de 2018, o dividendo obrigatório pode ser assim demonstrado:

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	103.463
Reserva legal (5.13%)	(5.173)
Base de cálculo dos dividendos	98.290
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	24.572

Diretoria da Companhia encaminhou para apreciação do Conselho de Administração a proposta de distribuição de lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Para o saldo que remanesce em lucros acumulados, será proposta a sua retenção em reserva de lucros, para fazer face a orçamento de capital apresentado pela Administração, a ser aprovado posteriormente na Assembleia que delibera pela aprovação dessas demonstrações financeiras e pelo pagamento dos dividendos. **23.5 Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia firmou com o Estado de Goiás o direito de usufruir o benefício do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), a partir de março de 2017 até 31 de dezembro de 2040. Em contrapartida, o projeto prevê basicamente a realização de investimentos em uma planta industrial e em recursos humanos. A Companhia vem cumprindo com esses investimentos na forma acordada e instalou sua planta industrial em 2017 no município de Aparecida de Goiânia/GO. O incentivo do PRODUZIR consiste em uma subvenção para investimento equivalente a 73% (setenta e três por cento) da parcela do ICMS, pela aplicação de 13 de dezembro de 2017. A Lei Complementar nº 160/2017. A Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás e aguarda a formalização para iniciar o processo de utilização do PRODUZIR. O Estado de Goiás concede o benefício do Crédito Outorgado para efeito de compensação de ICMS para as empresas industriais de vestuário instaladas nesse Estado. O crédito outorgado corresponde à aplicação

do percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da base de cálculo correspondente à operação interestadual com produto de fabricação própria destinado à comercialização ou industrialização (10% nas operações internas) e 3% para os produtos acabados adquiridos para comercialização interestadual. A Companhia tem como obrigação estar instalada e ter atividades industriais em Goiás, em contrapartida ao depósito de 5% sobre o benefício utilizado para o Fundo PRTEGE (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás). A Companhia usufruiu deste benefício cujo montante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 50.437 (2017 foi de R\$ 14.142), o que foi reconhecido no mês de competência e contabilizado diretamente no resultado do exercício, reduzindo o valor total do tributo devido.

24. **Receita líquida de vendas**

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes, que trata sobre a nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. Esta norma estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas. • Venda de mercadorias - atacado e varejo: a Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da entrega da mercadoria ao beneficiário. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro, cartão de débito e prazo através de cartões de crédito. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta fiscal	1.770.704	1.311.475
Impostos sobre vendas	(367.727)	(323.345)
Devoluções e abatimentos (i)	(159.577)	(114.950)
Total da receita contábil	1.243.520	873.180

(i) De acordo com a política de devoluções da Companhia, o cliente recebe no ato da devolução um vale-troco do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

25. **Custo dos Produtos Vendidos**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Custo de revenda de mercadorias	(301.073)	(258.629)
Custo de venda de itens produzidos	(150.536)	(129.315)
Total	(451.609)	(387.944)

26. **Despesas por natureza**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal	(230.403)	(185.745)
Despesas com ocupação	(147.099)	(115.888)
Despesas com marketing	(82.771)	(50.344)
Despesas de depreciação e amortização	(66.462)	(100.510)
Comissão de cartão de crédito	(21.670)	(18.519)
Outras	(39.007)	(15.882)
Total	(587.121)	(486.488)

Despesas gerais e administrativas (99.075) (184.511) (98.913) (227.371)
 Despesas com vendas (488.337) (301.977) (489.715) (380.849)
Total (587.412) (486.488) (591.629) (608.219)

27. **Outras despesas e receitas operacionais**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Crédito PIS e COFINS (i)	64.678	-
Prêmio convênio bancos	10.325	-
Outras receitas operacionais	7.490	10.631
Total	82.493	10.631

Outras despesas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão contingência	(4.446)	(3.059)
Outras receitas operacionais	-	(243)
Total	(4.446)	(3.302)

(i) Veja natureza deste saldo na nota explicativa 8.

28. **Resultado financeiro**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras	(17.745)	(2.303)
Variações passivas (i)	(5.801)	(630)
Juros	(117.705)	(131.552)
Despesas bancárias	(2.469)	(1.708)
AVP despesas financeiras	(636)	(695)
Multas passivas	-	(2.726)
Amortização do custo de transação de empréstimos e debênture	(4.799)	(21.608)
Outras	(7.887)	(6.327)
Total	(157.039)	(167.549)

Receitas financeiras

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Variações ativas (i)	5.313	2.551
Rendimento de aplicação financeira	5.922	6.080
Outras	1.253	3.605
Total	12.488	12.236

Resultado Financeiro

	31/12/2018		31/12/2017	
	R\$	USD	R\$	USD
Em milhares de Reais				
Recebeíveis	943	243	-	-
Fornecedores em moeda estrangeira	(13.853)	(3.576)	(35.705)	(10.795)
Empréstimo - Finimp	(15.034)	(3.881)	(25.070)	(7.580)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(27.944)	(7.214)	(60.775)	(18.375)
Contratos cambiais futuros (NDF)	(2.509)	(648)	-	-
Exposição líquida	(29.953)	(7.962)	(60.775)	(18.375)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2018	2017	2018	2017
Real	3,6558	3,1925	3,8742	3,3074
BRL x 1 USD				

Sensibilidade a taxa de câmbio: Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro "B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão" de acordo com a data base da próxima divulgação.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Cenário Possível	Sensibilidade		
			25%	50%	
	R\$	R\$ (i)	R\$ (i)	R\$ (i)	
Recebeíveis	943	6	8	9	
Fornecedores em moeda estrangeira	(13.853)	(90)	(113)	(135)	
Empréstimo - Finimp	(15.034)	(98)	(122)	(147)	
Exposição Líquida	(27.944)	(182)	(227)	(273)	
Non-Deliverable Forward (Hedge)	(2.509)	(188)	(235)	(282)	

(i) Corresponde ao valor adicional de (despesa) ou receita, líquida, que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2018. **(viii) Risco de taxa de juros:** O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e swap. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI e, também, com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus taxas vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2018, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 6,43% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Cenário Provável	Sensibilidade		
			25%	50%	
		(i)	(i)	(i)	
Aplicações Financeiras vinculadas ao CDI	238.589		72	89	107
Empréstimos - Moeda Nacional	(323.929)		(97)	(121)	(146)
Debêntures (Passivo)	(761.749)	(229)	(286)	(343)	(343)
Exposição Líquida	(847.089)	(254)	(318)	(382)	

(i) Corresponde à receita líquida, anual (isto é, 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido, se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2018.

32. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura		
Veículo	Frota de veículos	157		
Transportes	Transportes nacionais e internacionais	7.783		
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	8.000		
Responsabilidade civil	Directors & Officers	50.000		
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	287.611		

33. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Variações do passivo decorrente de atividade de financiamento: A Companhia apresentou as seguintes variações no passivo decorrente as atividades de financiamento no exercício, conforme demonstrado no fluxo de caixa.

	Variação do fluxo de caixa					
	Saldo em 31/12/2017	Adição	Pagamento de principal e juros	Apropriações de Juros	Variações Cambiais	Saldo em 31/12/2018
Debêntures	416.852	418.553	(123.488)	49.832	-	761.749
Empréstimos e financiamentos	596.060	226.141	(527.659)	39.582	3.423	337.547
Arrendamento mercantil financeiro	13.702	-	(1.919)	633	-	12.416
Dividendos a pagar	96.525	24.572	(96.515)	-	-	24.582
	1.123.139	669.266	(749.581)	90.047	3.423	1.136.294

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e acionistas da **Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.**
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura (decorrente da compra da Dudalina S.A.) e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida (marcas e patentes e fundo de comércio):** Veja notas 3.3.9, 3.3.13.b e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, saldos significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da compra da Dudalina S.A., ativo imobilizado e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida (marcas e patentes e fundo de comércio), cuja avaliação de valor recuperável envolve julgamentos críticos na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada unidade geradora de caixa. As projeções de fluxos de caixa futuros incluem premissas e julgamentos significativos da Companhia, entre outras, relacionadas a projeções de fluxos de caixa, taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura e/ou ativos intangíveis com vida útil indefinida. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa acima referidas, tais como crescimento econômico projetado, inflação de custos e taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com os dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura (decorrente da compra da Dudalina S.A.) e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** Veja notas 3.3.11.b e 28.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos disponibilizadas pela

Companhia. - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros e das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a sua determinação, bem como compararmos tais premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuarmos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e as diferenças temporárias, incluindo confronto das mesmas com as escriturações fiscais correspondentes e avaliação da natureza das diferenças temporárias apuradas. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Reconhecimento e mensuração de créditos de PIS e Cofins por ICMS em sua base de cálculo:** Veja nota 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria** Em 19 de setembro de 2018 transitou em julgado no Supremo Tribunal Federal a ação coletiva impetrada pelo sindicato ao qual a Companhia é afiliada tendo por escopo o afastamento da exigência de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, confirmando assim a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo dos referidos tributos e, garantindo assim à Companhia, como afiliada, o direito de reaver os valores já recolhidos e atualizados até a data da referida sentença. Em função disso, foram reconhecidos no ativo montantes referentes a créditos de PIS e COFINS, mensurados com base em julgamentos e premissas da Companhia. Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento subjacente à determinação das premissas significativas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações em tais premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em assuntos tributários e de natureza legal, da documentação relativa à decisão judicial (transitada em julgado) sobre o processo, das opiniões legais emitidas pelos assessores da Companhia, dos aspectos legais e tributários relativos à legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração de crédito fiscal relativo ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes das demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reapresentados. Nossa opinião não está ressalvado em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** O exame das demonstrações do resultado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação do valor das despesas com comissões de cartão de crédito, descritas na nota 3.1, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 28 de março de 2018. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração**

A Companhia classifica os fluxos pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os juros de obtenção de recursos. **b. Transações que não envolvem caixa:** Venda do imóvel de Presidente Getúlio pelo montante de R\$ 2.200 mil, com o custo de R\$ 1.621 mil. O efeito nas demonstrações financeiras que não afetou o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 579 mil. Caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada nas rubricas do fluxo de caixa aumentando outras contas a receber e reduzindo o imobilizado. Em 2017 não houve transações que não tenham envolvido o caixa.

34. Eventos Subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a proposta de emissão de 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 10ª (décima) emissão da Companhia, não conversíveis em ações, em até 2 (duas) séries, da espécie quirografia, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) sendo R\$380.800.000,00 (trezentos e oitenta milhões e oitocentos mil reais) referente as Debêntures da Primeira série e R\$69.200.000,00 (Sessenta e nove milhões e duzentos mil reais) referente as Debêntures da Segunda série, ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente). Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. As Debêntures terão prazo de vencimento de (i) 3 (três) anos para as Debêntures da Primeira Série; e (ii) 4 (quatro) anos para as Debêntures da Segunda Série. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais). As Debêntures da Primeira Série serão amortizadas em 2 (duas) parcelas iguais e semestrais, sendo a primeira devida março 2021 e (ii) das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 4 (quatro) parcelas iguais e semestrais, sendo a primeira devida março de 2021. A remuneração será de 100% do CDI acrescido de 2,30% ao ano para as Debêntures da Primeira série e 100% do CDI acrescido de 2,45% ao ano para as Debêntures da segunda série. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão.

DIRETORIA	
LIVINSON MARTINS BAUERMEISTER	DIRETOR PRESIDENTE
FERNANDO PEDROSO DOS SANTOS	DIRETOR FINANCEIRO
RAFAEL DE CAMARGO	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E DE VAREJO
CONTADORA	
HELEN NASCIMENTO SILVA - CRC SP-299409/O-0	

e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-0

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-0